



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

Parecer e Relatório sobre as contas do Presidente do Legislativo Municipal – Exercício de 2024.

Tendo em vista o atendimento a exigência da Resolução nº 1099/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, artigo 115, inciso I inciso "b", informa-se que acompanhamos os trabalhos atinentes ao controle interno do poder Legislativo do Município de Tavares, cabendo, de início, destacar que:

A Unidade Central de Controle Interno do poder Executivo Municipal de Tavares-RS foi criada pela lei Municipal nº 930, em 04/12/2001 e alterada pela lei nº 2.574/2021 e nomeados os membros pela Portaria nº 5.705 de 23 de Dezembro 2021.

A Responsabilidade pelo sistema de controle interno cabe a administração, nos termos da constituição da República, artigos 74 e 31 da lei Municipal nº 930 e alterada pela lei 2574 de 29/09/2003.

A Responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no Município nos termos do que dispõe a carta Magna no § 1º do artigo 74;

A Responsabilidade da unidade de controle interno reside na coordenação técnica dos setores, entidades e poderes no que se refere a orientação quanto a instituição de rotinas internas, a observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõe o sistema, a análise dos controles quanto a relação custo benefício e quanto a auditoria de verificação dos controles já instituídas.

1 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

No Exercício Financeiro de 2024, os trabalhos da Unidade central de controle, no que se refere o Poder Legislativo, atingiu as seguintes atividades, cujos procedimentos efetuados pelos servidores responsáveis por aquele poder, estão de acordo com normas contábeis e Leis pertinentes:

- a) Análise quanto a classificação e utilização dos limites dos créditos orçamentários;
- b) Verificação de diárias e adiantamentos;
- c) Verificação no que se refere a idoneidade dos documentos e fases das despesas;
- d) Classificação contábil das contas financeiras e patrimoniais
- e) Exame dos limites constitucionais de despesa do poder Legislativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2 – DAS RESALVAS

Ficaram Restos A pagar em 31/12/2024, no valor de R\$ 1.897,45 orçamentário e consignações (demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 1.897,45 totalizando o valor de R\$ 3.794,90) com disponibilidade financeira de caixa em 31.12.2024 em R\$ 3.803,94.

3 – PARECER

Em nossa opinião, diante da atuação dos controles internos levados a efeito pelo sistema de controle, a execução orçamentária e contábil, no que diz respeito as contas do Exmo. Presidente do poder Legislativo, durante o exercício de 2024, representam, adequadamente, em seus valores relevantes, a posição em 31 de dezembro de 2024. De acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados. Ante o exposto, somos de parecer favorável sem ressalva.

Tavares RS 11 de Março de 2025

Mônica Amaral Mesquita
Presidente da UCCI